



INFORMATIVO JURÍDICO
MZ ADVOCACIA

— (111) —

JUNHO 2019

ARTIGOS MZ ADVOCACIA

EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO LEI COMPLEMENTAR Nº. 167/2019 E A FACILIDADE DE ACESSO AO CRÉDITO PARA O MICROEMPREENDEDOR

O difícil acesso ao crédito junto a instituições financeiras de grande porte tem sido um empecilho para o desenvolvimento de micro e pequenas no Brasil. Em levantamento feito este ano pelo SEBRAE, foi demonstrado que pelo menos 20 % das pequenas ou microempresas brasileiras já tiveram pelo menos um pedido de crédito negado junto a instituições bancárias.

Neste contexto, foi sancionada no último dia 24 de abril a Lei Complementar nº. 167/2019. A lei traz como principal inovação a criação de um novo modelo de circulação de crédito privado, a Empresa Simples de Crédito (ESC).

Originária do Projeto de Lei (PL) nº. 420/2014, a referida lei tem como objetivo melhorar o atendimento às demandas de crédito dos pequenos e microempresários, facilitando as operações de crédito exclusivamente para os pequenos negócios.

As Empresas Simples de Crédito, por expressa previsão da nova legislação, somente poderão ser constituídas sob a forma de empresa individual limitada (EIRELI), empresário individual ou sociedade limitada constituída unicamente por pessoas físicas.

Além disso, terão como objeto social a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, tendo como contrapartes exclusivamente microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.

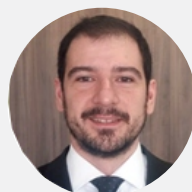
Tal previsão reforça o objetivo da lei em estimular a circulação de crédito entre pequenos empresários, porém, sem as amarras de burocráticas do sistema financeiro nacional.

Apesar da facilidade criada pelo legislador para que pequenos empreendedores possam abrir micro instituições de crédito, a LC nº. 167/2019 também trouxe em seu texto uma série de critérios que deverão ser seguidos pelo empreendedor que deseje constituir uma ESC. Como exemplo, destaca-se a vedação destas empresas em obter qualquer captação de recursos, seja em nome próprio ou de terceiros. Em termos práticos, estas instituições deverão operar única e exclusivamente com recursos próprios, não podendo receber aporte financeiro de terceiros.

Outro ponto que traz especial atenção diz respeito à remuneração da ESC, que será somente através da taxa de juros cobrada em cima do crédito disponibilizado ao cliente, não sendo admitida a incidência de quaisquer outros encargos, mesmo sob a forma de tarifa.

Em um país onde o sistema financeiro é um dos principais fatores para a concentração de renda, a Lei Complementar 167/2019 vem para permitir a democratização do crédito, visando atingir setores da economia que hoje não tem acesso aos meios de financiamento para seus pequenos negócios. A expectativa do governo federal é que a nova medida injete ao menos 20 bilhões de reais ao ano para micro e pequenas empresas.

Desta forma, as Empresas Simples de Crédito surgem como um importante instrumento jurídico para a fomentação do empreendedorismo de pequeno porte. Resta agora esperarmos para vermos em termos práticos como será sua adaptação a atual realidade econômica do país.



LEONARDO CORREA PEREIRA
OAB/RS 104.704

Advogado MZ Advocacia
leonardo@mzadvocacia.com.br

NOTÍCIAS JURÍDICAS

NÃO INCIDE IOF SOBRE ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL, DECIDE CARF

Não incide IOF sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (Afac), pois não há norma específica autorizando a cobrança. A decisão é da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Prevaleceu entendimento do relator, conselheiro Corinto Oliveira Machado, para quem a legislação empregada para afastar a caracterização do Afac e qualificar a operação como mútuo, como queria a Receita, seria imprópria,

uma vez que o Parecer Normativo 17/1984 não teria relação com IOF, mas, sim, com IR.

«Além disso, a IN SRF 127/1988 e o Ato Declaratório Normativo Cosit 9/1976 também não possuem vinculação com a legislação do IOF e, portanto, o ordenamento carece de uma norma específica de IOF para regulamentar a questão discutida no caso em tela», aponta.

No voto, o relator lembra ainda que o Carf já se manifestou em acórdão semelhante, em razão da impropriedade da legislação utilizada para descaracterizar adiantamento para futuro aumento de capital.

"Na falta de uma norma específica do IOF que imponha prazo limite para a capitalização dos chamados adiantamentos para futuro aumento de capital AFAC, consubstancia ilegítima a cobrança de imposto sobre os adiantamentos quando esses, de fato, restam utilizados para aumento de capital."

Caso

No caso, a autuada fechou um contrato de adiantamento de recursos financeiros no montante de R\$ 30 milhões para uma empresa de alimentos, que seriam destinados para futuro aumento de capital.

A Receita Federal, no entanto, alegou que incidiria IOF sobre o empréstimo, apesar de não haver norma específica determinando a cobrança.

Fonte: Conjur

GOVERNO DO RS LANÇA 30 MEDIDAS PARA MODERNIZAR A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

O governo do Rio Grande do Sul lançou nesta segunda-feira (10), em solenidade realizada na Tecnopuc, em Porto Alegre, 30 medidas com objetivo de modernizar a administração tributária do estado. As ações deverão ser implementadas até 2022, conforme cronograma elaborado a pedido do governador Eduardo Leite.

Cinco das medidas estão previstas para serem implementadas já neste ano. Entre elas está a abertura de um espaço para representantes de

contribuintes serem ouvidos pela gestão tributária e a elaboração de um novo padrão de multas e descontos pelos pagamentos. As outras 25 têm previsão para os três próximos anos.

A mais longo prazo, o governo planeja simplificar a cobrança de tributos, viabilizando o pagamento em meios como débito em conta e cartão de crédito, dar "tratamento diferenciado" a quem cumpre as obrigações fiscais em dia conforme uma classificação e disponibilizar as informações referentes à arrecadação na internet, entre outras medidas.

Segundo o Piratini, com a transformação digital do fisco, além de facilitar a quitação dos débitos para os contribuintes, o estado se tornará mais atrativo para investidores. "A dinâmica das relações sociais e econômicas se altera

➤ SEQUE



NOTÍCIAS JURÍDICAS

rapidamente, e a administração tributária também precisa acompanhar essa novidade", disse Eduardo Leite à imprensa após o evento.

A criação das medidas atende a decreto assinado pelo governador no início do ano, que estabeleceu a necessidade de otimização e eficiência da arrecadação.

"Nosso foco não é arrecadar mais, é arrecadar melhor. O que a gente quer é

tornar simples o sistema tributário para que o setor produtivo possa canalizar sua energia naquilo que efetivamente vai gerar riqueza. Viabilizando a arrecadação, o estado poderá devolver em políticas públicas e serviços qualificados para a sociedade", afirma o governador.

Fonte: G1

ICMS/RS - RECEITA ESTADUAL RECEBE SUGESTÕES DE ENTIDADES SOBRE AJUSTES NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA



Na manhã desta quarta-feira (05) a Receita Estadual esteve reunida com entidades e empresas para discutir possibilidades de melhorias no processo de ajuste da Substituição Tributária (ST).

As mudanças estão em aplicação após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que possibilitou a restituição do ICMS-ST pago a maior e de complementação do valor pago a menor.

Ou seja, com a comprovação de que a base de cálculo presumida no imposto é maior que o preço final praticado pelo contribuinte, este deve receber ressarcimento. Em contrapartida, quando a base de cálculo for inferior ao preço final praticado, o Estado tem direito de receber a diferença do ICMS.

A mudança tem gerado questionamentos por parte de contribuintes. Da

mesma forma, a Receita Estadual está adequando as regras e ouvindo sugestões para simplificar o processo que já está sendo implementado para empresas com faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões. Na reunião, o subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, ouviu as propostas e encaminhou análises para as áreas técnicas do Fisco. "Qualquer solução que venha a ser definida precisa ser analisada no conjunto, mas considerando as características de cada setor", avaliou.

Na reunião que ocorreu na Secretaria da Fazenda, cada entidade teve 10 minutos para expor suas propostas. A prioridade do encontro foi receber sugestões de aplicação imediata que possam melhorar a forma de apuração dos valores. "Temos uma legislação que determina a complementação e restituição e precisamos implementar mudanças dentro dos parâmetros legais, buscando garantir competitividade aos setores e combate à sonegação e à concorrência desleal", sintetizou Ricardo.

Entidades reconheceram o diálogo com a Receita Estadual na busca de melhorias no processo da ST e seguirão em contato permanente com o Fisco. A reunião dá continuidade ao encontro que ocorreu no dia 30, com o secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, e deputados estaduais.

Entre as medidas já anunciadas pelo governo estão a prorrogação do prazo da obrigatoriedade para empresas com faturamento anual inferior a R\$ 3,6 milhões para janeiro de 2020. A Receita Estadual também está avaliando outras possíveis ações como aproveitamento de saldo credor de ST para compensar com débitos próprios pela mesma empresa e também a possibilidade de utilização do saldo credor do conta corrente normal para compensar o saldo devedor do Ajuste da ST, o que abrangeria setores diversos. Também está em avaliação a possibilidade de permitir a cedência dos saldos credores acumulados decorrentes da ST.

Participaram da reunião representantes de entidades como Sulpetro, Federasul, Associação Gaúcha de Atacadistas e Distribuidores (AGAD), Associação Sul-brasileira dos Distribuidores de autopeças (ASDAP),



NOTÍCIAS JURÍDICAS

Associação Brasileira de Franchising (ABF), Sindicato dos Farmacêuticos (Sindifars), Sindilojas, AGU, Conselho Regional de Contabilidade, Fecomércio, Associação dos Distribuidores de Medicamento (Adimers), Fenabrave, Sincodiv-RS, CDL Porto Alegre, Associação Gaúcha de Supermercados, e Fiergs, além de representantes da indústria, atacado e varejo.

Modernização

O subsecretário Ricardo Neves Pereira anunciou aos contribuintes que em breve serão apresentadas medidas para a modernização da administração tributária do Estado e que, uma das medidas será o “Diálogo Fisco-Contribuinte”, com espaço permanente para participação de representantes de contribuintes para tratar de diversos assuntos e assessorar a gestão da administração tributária do Fisco gaúcho.

Entenda o caso:

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi possibilitada a

restituição do ICMS-ST pago a maior e a complementação do valor pago a menor. Ou seja, com a comprovação de que a base de cálculo presumida no imposto é maior que o preço final praticado pelo contribuinte, este deve receber ressarcimento. Em contrapartida, quando a base de cálculo for inferior ao preço final praticado, o Estado tem direito de receber a diferença do ICMS.

Essa possibilidade foi reconhecida em diversas decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Acórdão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça na Apelação Remessa Necessária nº 70000093492, em fevereiro de 2019, e Acórdãos referentes aos Agravos de Instrumento nº 70080559354, nº 70081187015 e nº 70080368475, em abril de 2019). Baseando-se no princípio de isonomia, o TJRS entendeu que o contribuinte não pode ser o único favorecido.

Fonte: Econet

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SERÁ USADA PARA VERIFICAR QUALIDADE DE DADOS PROCESSUAIS

O desenvolvimento de algoritmos que avaliam a qualidade dos dados processuais dos tribunais brasileiros vai permitir ao Conselho Nacional de

Justiça (CNJ) realizar um diagnóstico das inconsistências e anomalias nos registros recebidos mensalmente. Os produtos desenvolvidos permitiram que fossem realizados testes do uso de tecnologias de inteligência artificial, aplicados à base de dados do CNJ – Projeto de Replicação Nacional -, que vão permitir a avaliação e identificação de gargalos nos fluxos processuais. O trabalho foi fruto um Memorando de Entendimento firmado entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entregue nesta terça-feira (4/6). O conhecimento desenvolvido vai permitir ao CNJ disponibilizar ferramentas para auxiliar os tribunais a fazerem uma gestão mais acurada dos dados.

De acordo com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), o Memorando de Entendimento firmado em 2018 entre o CNJ e o PNUD e encerrado esta semana, desenvolveu scripts de machine learning visando melhorar a qualidade da base de dados XML que os tribunais enviam ao CNJ mensalmente. O trabalho foi desenvolvido em duas etapas: a primeira verificou as falhas nos dados dos processos, isto é, detecção de inconsistências no registro de classes, assuntos, movimentações, datas, nome das partes, entre outros. Os erros nessas informações impactam diretamente na produção de estatísticas relacionadas aos processos no Brasil. Com a solução desenvolvida pelo PNUD, é possível formular, de forma rápida, um diagnóstico, apontando os problemas dos dados e possibilitando que os tribunais possam corrigi-las.

➔ SEQUE



NOTÍCIAS JURÍDICAS

A segunda fase identificou as anomalias em fases processuais, verificando se houve um tempo de tramitação acima da média, possibilitando, ainda, a identificação da unidade, para que o tribunal verifique as circunstâncias e busque melhorá-las. Também foi realizada uma análise geoespacial, apontando a incidência de processos de acordo com o litigante, possibilitando a identificação de processos correlatos. Ou seja, a depender da informação analisada, é possível fazer um levantamento estatístico de quantos litigantes são instituições financeiras na região, por exemplo.

O levantamento na base de dados do CNJ também apontou que apesar da orientação do CNJ, muitos tribunais estão utilizando códigos locais sem a inserção dos códigos nacionais, deixando de aderir às Tabelas Processuais Unificadas (TPU), nas quais as estatísticas nacionais são baseadas. Quem não utiliza as TPUs perde pontos na avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade. DPJ afirma que os tribunais não são impedidos de utilizarem códigos locais, desde que haja correlação com as definições nacionais.

Durante seis meses, foram realizados testes nos registros processuais de seis tribunais: quatro tribunais de Justiça (DF, AL, PB e SE), no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Próximos passos

Em julho, deve ser concluída a nova infraestrutura da Replicação Nacional que possibilitará aos tribunais o envio dos registros processuais de forma mais estável e com maior performance. Além da melhoria da infraestrutura, serão disponibilizadas funcionalidades para que o tribunal possa verificar de forma transparente os registros que estão armazenados na base do Conselho. Cabendo destacar que serão disponibilizados painéis de validação de dados para cada tribunal, que poderá ter a visualização de seu diagnóstico e proceder suas correções. “Estamos trabalhando com objetivo de criar ferramentas que facilitem os tribunais gerir seus registros processuais, possibilitando a melhoria nos fluxos processuais a partir da identificação de gargalos ou mesmo inconsistências.”, afirma o diretor-técnico do DPJ, Igor Guimarães Pedreira.

Fonte: Jusbrasil



MZ·ADVOCACIA[®]

PELOTAS

Rua Menna Barreto, 391
Bairro Areal
CEP 96077-640
53.3025.3770
pelotas@mzadvocacia.com.br

RIO GRANDE

Praça Xavier Ferreira, 430, Conj. 303
Bairro Centro
CEP 96200-590
53.3035.2770
riogrande@mzadvocacia.com.br

PORTO ALEGRE

Av. Getúlio Vargas, 1157, Conj. 1010
Bairro Menino Deus
CEP 90150-001
51.3516.1584
portoalegre@mzadvocacia.com.br

WWW.MZADVOCACIA.COM.BR